

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

**6º CONCURSO PARA O CARGO DE PROCURADOR DO
MUNICÍPIO**

2001

PROVAS ESPECÍFICAS

DIREITO ADMINISTRATIVO

(ATENÇÃO: O candidato deverá utilizar cada folha do caderno de resposta para responder uma única questão, devendo indicar, em cada folha, o número da questão respondida. O verso de cada folha só deverá ser utilizado para continuação da resposta iniciada no anverso. Prova com 6 questões dissertativas)

1ª QUESTÃO: (25 pontos)

Disserte sobre a antijuricidade do comportamento administrativo para o fim de responsabilização civil de autarquia por dano a terceiro, na hipótese de ausência de conduta comissiva de agente da pessoa jurídica.

2ª QUESTÃO: (15 pontos)

O Município X deferiu licença para que CAIO construísse prédio comercial em imóvel de sua propriedade. Antes de iniciada a obra, a municipalidade desfez o ato com o fundamento de que este contrariava o interesse público, por se tratar de prédio comercial em área exclusivamente residencial. Irresignado, CAIO ajuizou demanda judicial para atacar o ato de desfazimento, sustentando direito adquirido e o caráter definitivo das licenças, além de postular, alternativamente, indenização. Comente sobre a argumentação de CAIO e os atos praticados pela municipalidade.

3ª QUESTÃO: (15 pontos)

O Município do Rio de Janeiro decide implantar plano de renovação urbanística de bairro degradado da cidade, o que exigirá a desapropriação, para fins de utilidade pública, de diversos imóveis, havendo, entre eles, um bem dominical pertencente a empresa pública estadual prestadora de serviço público, e outro registrado em

nome de José da Silva, foreiro à União Federal. São viáveis as desapropriações dos indigitados imóveis? Justifique.

4ª QUESTÃO: (15 pontos)

Explicite a polêmica envolvendo a disciplina jurídica das licitações promovidas pelas empresas públicas e sociedades de economia mista enquanto não for editada a lei a que se refere o art. 173, § 1º, da Constituição Federal.

5ª QUESTÃO: (15 pontos)

Esclareça o tratamento que a Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece para a terceirização na Administração Pública, quanto a serviços, mão-de-obra e classificação da despesa.

6ª QUESTÃO: (15 pontos)

Um determinado Município apresentou ao Tribunal de Contas, para registro, ato de aposentadoria por tempo de serviço de servidor não efetivo, exclusivamente ocupante de cargo em comissão. Para completar o requisito temporal constitucionalmente exigido, o servidor havia averbado tempo de serviço prestado à iniciativa privada, bem como, em dobro, período vencido e não gozado de férias, relativamente ao exercício de 2000.

O Tribunal de Contas recusou o registro, determinando ao Município a anulação do ato e ao beneficiário a devolução do que recebeu a título de proventos.

Sob a perspectiva do Tribunal de Contas:

- a) ocupante exclusivamente de cargo em comissão não se pode aposentar pelos cofres municipais;
- b) ainda que isso fosse possível, restou desatendido o requisito temporal para a concessão de aposentadoria, uma vez que não é mais possível a contagem em dobro do período não gozado de férias para o efeito de aposentadoria.

Como Procurador do Município em questão analise a decisão do Tribunal de Contas.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1ª QUESTÃO: (15 pontos)

À luz do disposto no art. 34 da Lei 6.830/80 (Lei de Execuções Fiscais), é cabível a impetração de mandado de segurança, a interposição de recursos extraordinário e especial e a propositura de ação rescisória contra sentença de primeira instância em causas de alçada? Fundamente.

2ª QUESTÃO: (15 pontos)

Fulano, por escritura pública, confessou dever determinada quantia a Beltrano, hipotecando imóvel seu em garantia da dívida. Como a dívida venceu sem que houvesse pagamento, Beltrano ajuizou ação de execução, que teve a seguinte movimentação:

02 de julho – ajuizamento da ação.

05 de julho – despacho determinando a citação do executado.

16 de julho – citação do executado.

17 de julho – executado requer expedição de guia para depósito integral do débito, inclusive custas e honorários, para garantia do juízo.

18 de julho – o depósito é realizado, após o seu deferimento e expedição de guia.

31 de julho – o executado junta a guia paga aos autos.

Tendo em vista que nada mais ocorreu a partir de 31 de julho, **PERGUNTA-SE:**

A) Tem direito, o exeqüente, em 27 de agosto do mesmo ano, de levantar, a título de pagamento, o montante correspondente ao seu crédito, sendo apropriado que peticione nesse sentido? – Fundamente.

B) Se o exeqüente fosse o Município do Rio de Janeiro e a dívida fosse tributária, não existindo a hipoteca, sua resposta seria diferente? – Fundamente.

3ª QUESTÃO: (15 pontos)

Em que consistem as defesas de “ausência de pertinência temática” e “inocuidade da ação” nas ações direta e de representação por inconstitucionalidade.

4ª QUESTÃO: (15 pontos)

O Ministério Público Federal propôs, perante uma das Varas da Justiça Federal desta Cidade, ação civil pública objetivando prevenir possíveis danos de conotação turística e paisagística prejudiciais a comerciantes em determinado bairro, incluído em projeto de construção de anel viário. O Juiz Federal, a quem coube o processo por distribuição, deferiu a liminar, determinando a suspensão da obra. Comente os aspectos processuais suscetíveis em defesa do Município, abordando as questões de legitimidade e competência. (Não é necessária a elaboração de petições.)

5ª QUESTÃO: (15 pontos)

Qual a natureza jurídica da tutela liminar prevista no §3º do artigo 461, do Código de Processo Civil? Justifique, abordando as eventuais semelhanças e diferenças com as decisões proferidas em forma de antecipação de tutela ou cautelar inominada.

6ª QUESTÃO: (25 pontos)

A inicial pediu a condenação do réu ao pagamento de uma quantia, pelos fundamentos 1 e 2. Pediu também a anulação de um contrato, celebrado entre as partes, pelos fundamentos 3 e 4.

A sentença acolheu o pedido de pagamento só pelo fundamento 1, silenciando quanto ao 2. A sentença acolheu também o pedido de anulação do contrato, por seus dois fundamentos (3 e 4).

O réu apelou somente do capítulo da sentença que anulou o contrato.

Pode o tribunal, julgando a apelação, confirmar a sentença, quanto ao pedido de condenação de pagamento, pelo fundamento 2, declarando improcedente o fundamento 1?

Pode o tribunal negar provimento à apelação interposta pelo réu e relativa à anulação do contrato, declarando improcedentes os dois fundamentos do pedido, mas afirmando a existência de uma nulidade absoluta, da qual não cogitaram, nem as partes nem a sentença?

DIREITO CONSTITUCIONAL

1ª QUESTÃO: (25 pontos)

Comente, objetivamente: o Poder Judiciário e o controle do mérito dos atos emanados do Poder Executivo. Possibilidade e limites.

2ª QUESTÃO: (15 pontos)

Projeto de lei de iniciativa parlamentar, dispondo sobre a renovação automática, pelo mesmo período, de todas as concessões e permissões de serviços públicos, por vencerem dentro de um ano de sua vigência, bem como exigindo a prévia autorização legislativa para futuras delegações, vem a ser sancionado pelo Prefeito. Analise a constitucionalidade desta lei.

3ª QUESTÃO: (15 pontos)

A Emenda Constitucional nº 32 alterou a redação do inciso VI, do art. 84, da Constituição Federal, de acordo com o qual o Presidente da República pode, mediante decreto, dispor sobre a organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos. Comente o sentido e alcance da modificação introduzida, bem como esclareça, fundamentadamente, se a mesma se aplica automaticamente às atribuições dos Prefeitos Municipais.

4ª QUESTÃO: (15 pontos)

O Governador do Estado X sanciona projeto de sua iniciativa e que não sofreu emendas no curso do processo legislativo, que prevê a reserva de trinta por cento das vagas, nos vestibulares para os cursos oferecidos pelas universidades públicas estaduais, para os candidatos que completaram integralmente os ensinos médio e fundamental em instituições educacionais públicas. Discuta a constitucionalidade da lei em questão.

5ª QUESTÃO: (15 pontos)

Parlamentar inconformado com a apresentação de proposta de emenda à Constituição Federal, cuja matéria fora anteriormente rejeitada naquela mesma sessão legislativa, dispõe de meio jurídico hábil para postular, perante o Supremo Tribunal Federal, provimento jurisdicional para que o Congresso seja impedido de deliberar sobre o tema? Caso afirmativo, poderá fazê-lo em nome próprio ou necessita recorrer ao partido político a que pertence?

6ª QUESTÃO: (15 pontos)

Na hipótese de ter sido alterada norma da Constituição Federal reproduzida pela Constituição Estadual, mas não haver sido modificado o correspondente dispositivo estadual, quais seriam os instrumentos de controle da constitucionalidade da lei municipal que

passou a ser incompatível com o novo texto da Constituição Federal?

DIREITO CIVIL

1ª QUESTÃO: (15 pontos)

A instituição financeira ABC Leasing S/A – Arrendamento Mercantil celebrou contrato de leasing com a Transportadora Xavier Ltda., tendo por objeto dois caminhões, que passaram a ser empregados pela arrendatária exclusivamente no desempenho de suas atividades empresariais. Pergunta-se:

- (a) havendo litígio entre as partes, pode a Transportadora Xavier Ltda. invocar, em seu benefício, as disposições do Código de Defesa do Consumidor?
- (b) Prevista, no contrato, cláusula penal para a hipótese de destruição, durante o prazo contratual, dos bens arrendados, pode a instituição financeira exigir da arrendatária o pagamento de indenização complementar, alegando ser insuficiente o valor previsto na cláusula penal?

2ª QUESTÃO: (20 pontos)

Na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, numa rua sem saída, de cunho estritamente residencial, onde não há tráfego de coletivos, seus moradores, preocupados com o crescente aumento da criminalidade, resolveram criar mecanismos próprios de defesa, instalando guarita e trave basculante no logradouro público, assim como contratando uma empresa encarregada de lá manter vigilantes 24h por dia. Decidiram, também, constituir uma associação, com o objetivo de administrar os interesses dos moradores da rua, à qual todos aderiram, fixando-se e cobrando-se uma contribuição para o rateio das despesas necessárias ao pagamento do serviço de vigilância e à manutenção dos equipamentos instalados.

Transcorrido algum tempo, um dos moradores, alegando estar insatisfeito com a conduta adotada pelo presidente da associação, resolveu desligar-se, deixando de contribuir para o rateio das despesas, o que passou a onerar os demais moradores associados, cujo valor da cota elevou-se consideravelmente.

Pergunta-se: Tem este morador o direito de abandonar a associação? Pode a associação exigir em juízo do morador dissidente a sua contribuição para o rateio das despesas?

Fundamente sua resposta, explicitando os argumentos de ambas as partes envolvidas no conflito.

3ª QUESTÃO: (15 pontos)

A empresa X, com base no direito de superfície de que se tornou titular nos termos da Lei nº 10.257, de 10.7.01, requer licença para construir um hotel em imóvel gravado com cláusula de inalienabilidade vitalícia. Emitir parecer orientando a Secretaria Municipal de Urbanismo sobre a possibilidade de conceder licença.

4ª QUESTÃO: (15 pontos)

A empresa X possui crédito no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) contra o Município do Rio de Janeiro, com vencimento no dia 15 de fevereiro de 1990, que tem como causa a contratação de uma obra, que segundo a autoridade municipal não teria sido realizada a contento. Em 30 de novembro de 1994 a empresa X notifica judicialmente o Município, para que este lhe pague a quantia devida, sob pena da tomada das medidas judiciais cabíveis. Em 18 de janeiro de 1995 a empresa X cede o seu crédito para a empresa Y. Em 16 de julho de 1997 a empresa Y propõe ação de cobrança da quantia devida contra o Município do Rio de Janeiro. O que poderia o Município alegar na contestação à ação proposta por Y?

5ª QUESTÃO: (15 pontos)

Em reunião de diretoria da indústria química XYZ, Carlos, seu presidente e detentor de mais de 50% de suas ações ordinárias, informa aos diretores Pedro, Paulo e Eduardo, diretores comercial, industrial e financeiro, respectivamente, da companhia que, em vista de ser a única maneira de cumprir contratos de fornecimento firmados com clientes importantes, a nova unidade industrial iniciaria sua produção no dia seguinte. Para fazê-lo, embora não contasse com indispensável dispositivo de tratamento de efluentes líquidos – por atraso na entrega pela sociedade fornecedora – a XYZ contava com licença de operação expedida pelo órgão competente.

Paulo discorda de Carlos por entender que o dispositivo é imprescindível. Pedro e Eduardo pensam como Paulo, mas deixam de se manifestar porque consideram a questão estranha a suas respectivas funções. Carlos encerrou a reunião e se retirou do local, no que é seguido pelos demais, sem que houvesse sido feito qualquer registro do ocorrido.

No dia seguinte, o primeiro de funcionamento da nova unidade, em virtude de imprevisível acidente no interior da fábrica, expressiva quantidade de produtos químicos poluiu o rio que capta os efluentes líquidos da unidade. Dias depois, habitantes de uma comunidade

localizada a jusante do referido rio começaram a apresentar sérios problemas de saúde relacionados à ingestão de substâncias como as que poluíram o curso d'água.

Analise fundamentadamente os seguintes aspectos, mencionando os institutos jurídicos aplicáveis e, em especial, os dispositivos legais pertinentes:

(a) a eventual existência de obrigação ou de obrigações de reparar danos;

(b) qual ou quais seria(m) o(s) credor(es) e o(s) devedor(es) da(s) referida(s) obrigação ou obrigações.

6ª QUESTÃO: (20 pontos)

O Prefeito do Município do Rio de Janeiro pretende constituir uma sociedade de economia mista com as seguintes características:

- (i) o objeto social será a prestação de serviços de assistência técnica aos estabelecimentos hoteleiros sediados no Município do Rio de Janeiro;
- (ii) o capital social será de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), dividido em 20 milhões de ações sem valor nominal; metade do capital será representado por ações ordinárias e metade por ações preferenciais sem direito a voto;
- (iii) a Prefeitura subscreverá 5.010.000 ações ordinárias;
- (iv) 4.990.000 ações ordinárias poderão ser subscritas exclusivamente por sociedades que exerçam atividades ligadas à hotelaria e sejam controladas por brasileiros; essas ações ordinárias somente poderão ser alienadas mediante prévia autorização do Município; as ações preferenciais poderão ser subscritas por quaisquer pessoas;
- (v) as ações poderão ser integralizadas em dinheiro ou em créditos detidos pelos subscritores contra empresas hoteleiras sediadas no Município, hipótese em que o subscritor não responderá pela solvência do devedor;
- (vi) a companhia será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva; o Presidente do Conselho e o Diretor Presidente serão nomeados pelo Prefeito;
- (vii) não poderão ser eleitas para o Conselho de Administração pessoas que participem de órgãos de administração de sociedade que exerça a atividade de hotelaria;

- (viii) o mandato dos conselheiros será de três anos, vedada a reeleição;
- (ix) o prazo para os acionistas exercerem o direito de preferência para a subscrição de aumento de capital será de 120 dias contados da data da realização da assembléia que deliberar o aumento;
- (x) pretende o Prefeito criar a companhia por decreto, que lhe aprovará o estatuto.

Respondendo a consulta do Prefeito, indique quais as proposições acima estão de acordo com a lei e quais as que não estão, indicando os dispositivos que fundamentem as suas conclusões.

DIREITO TRIBUTÁRIO

1ª QUESTÃO: (20 pontos)

A Lei municipal n.º 2.955, de 29/12/99, institui no território do Rio de Janeiro as seguintes alíquotas de IPTU: 1,20% para imóveis edificados residenciais; 2,80% para imóveis edificados não residenciais; 3,50% para imóveis não edificados. Um grupo de contribuintes insurge-se contra tal legislação, após a notificação do lançamento de 2001, propondo ações anulatórias em face da cobrança, alegando inconstitucionalidade da mesma, tendo em vista sua progressividade.

Analise a alegação de inconstitucionalidade formulada pelos contribuintes.

2ª QUESTÃO: (20 pontos)

A empresa “Conservadora S/A”, estabelecida na Cidade do Rio de Janeiro, realizou diversas obras de manutenção e reparo na ponte que vai do Município do Rio de Janeiro ao Município de Niterói por sobre as águas da Baía de Guanabara. A referida empresa foi contratada pela concessionária dos serviços de exploração da mencionada via federal. No Município de Niterói, onde a concessionária dos serviços da ponte detém sua sede e único estabelecimento, há previsão legal de que a mesma é responsável tributária pela retenção do ISS devido por todos os serviços por ela contratados.

Pergunta-se: qual o titular da competência tributária para exigir o ISS sobre os serviços realizados na ponte?

3ª QUESTÃO: (15 pontos)

O Conselho de Contribuintes de determinado Município dá provimento a recurso de contribuinte, anulando lançamento tributário. A Representação da Fazenda Municipal interpõe recurso hierárquico para o Secretário de Fazenda, com base em legislação local. Indaga-se: é constitucional a referida norma que prevê o recurso?

4ª QUESTÃO: (15 pontos)

Quais os limites para a revisão do lançamento tributário?

5ª QUESTÃO: (15 pontos)

Determinado contribuinte deixa de recolher o ISS incidente sobre serviço por ele prestado, em data na qual vigia legislação prevendo para a hipótese de inadimplemento do imposto multa de 20% (vinte por cento). Poucos dias depois, a legislação vem dispor que o inadimplemento acarreta multa de 10% (dez por cento), e não mais de 20% (vinte por cento). Depois dessa inovação legislativa, e antes de iniciado qualquer procedimento fiscal, o contribuinte se dirige à Administração tributária e solicita parcelamento do débito.

Discorra sobre a multa eventualmente aplicável.

6ª QUESTÃO: (15 pontos)

Uma empresa que produz softwares indaga se a atividade está sujeita ao recolhimento do ISS em favor do Município ou do ICMS em favor do Estado.

Teça considerações a respeito.

DIREITO DO TRABALHO

1ª QUESTÃO: (20 pontos)

Determinada empresa pública formula consulta à Procuradoria Geral do Município sobre o procedimento a ser adotado em relação a alguns empregados que, aposentados pelo órgão previdenciário oficial, nela permaneceram trabalhando.

Opine, indicando eventuais providências a serem adotadas pela empresa pública.

2ª QUESTÃO: (15 pontos)

Cabe antecipação de tutela destinada a reintegrar empregado público estável? Em caso de deferimento, qual a medida processual cabível contra essa decisão?

3ª QUESTÃO: (15 pontos)

Em que medida normas coletivas podem restringir direitos previstos na Constituição Federal?

4ª QUESTÃO: (15 pontos)

Qual a medida processual cabível, no processo do trabalho, contra decisão interlocutória que indefere requerimento formulado por qualquer das partes?

5ª QUESTÃO: (15 pontos)

O Município responde por obrigações trabalhistas de empresas prestadoras de serviço contratadas após regular procedimento licitatório?

6ª QUESTÃO: (20 pontos)

Lei Municipal, de iniciativa do chefe do Poder Executivo, extinguiu determinada autarquia, transferindo seus empregados para fundação municipal com atribuições semelhantes e cujo quadro funcional também é regido pelas normas trabalhistas. Verificou-se, então, que os assistentes administrativos da fundação recebiam salário inferior ao dos assistentes administrativos da extinta autarquia. Inconformados, os empregados da fundação pleiteiam equiparação salarial aos novos colegas. Submetida a questão à Procuradoria Geral do Município, opine sobre a pertinência do pleito.